

Semana Inglesa divide

Brasília, terça-feira, 9 de abril de 1991 **3**

governo e oposição

O projeto de lei da semana inglesa aprovado vem causando polêmica entre deputados governistas e da oposição, bem como nos dois principais setores envolvidos diretamente no assunto — comerciantes e comerciários. Mesmo polêmico, o projeto foi aprovado em regime de urgência, instrumento previsto no Regimento Interno da Câmara, e esta é a principal causa da polêmica entre os deputados. “Um projeto polêmico como este deveria ter sido votado com uma discussão mais ampla”, diz o deputado Maurílio Silva, líder do governo.

O governador Joaquim Roriz acha que os deputados, antes de votar o projeto, deveriam ter consultado os comerciantes, comerciários e a população. Além do mais, não concorda com a forma como o projeto foi aprovado, segundo o líder do governo

na Câmara. Estes são os principais argumentos que o governador vai utilizar para vetar o projeto como um todo.

Constitucional — A tese do professor da UnB, Victor Russomano, de que o projeto-lei que instituiu a semana inglesa, não é constitucional, não tem o apoio de todos os advogados de Brasília. Ontem, o advogado Osvaldo Gomes garantiu que poderá provar que o projeto é constitucional, já que os direitos dos trabalhadores têm aplicação imediata, previstos na Constituição Brasileira.

Segundo o professor Russomano, nem o Distrito Federal nem o governador Joaquim Roriz teriam poderes para legislar sobre direitos trabalhistas. Esse direito, diz, seria do Congresso Nacional. Para o advogado Osvaldo Gomes, a Câmara Legislativa está autori-

zada, pela Constituição Federal, a legislar sobre assuntos de interesse local.

“A semana inglesa é assunto local da mais alta relevância social”, observa o advogado Osvaldo Gomes. O Artigo 59 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), citado pelo professor Russomano, segundo o advogado Gomes, não se aplica ao presente caso, “por disciplinar excepcionalidade que diz respeito ao aumento em duas horas da jornada de trabalho normal, ao passo que a semana inglesa contemplará regra ordinária das relações e jornada especial de trabalho”.

Para o advogado Osvaldo Gomes, a discussão da instituição da semana inglesa, em Brasília, transcende os interesses dos comerciantes, consumidores e dos empregadores, já que abrange todos os segmentos da sociedade.